

# RESOLUÇÃO SES Nº 10.306, 14 DE JULHO DE 2025.

Autoriza o repasse de recursos financeiros destinados ao repasse de recursos financeiros de investimento para a Política de Atenção Especializada Ambulatorial, visando à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde e municípios de Minas Gerais que menciona.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1°, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 43, da Lei Estadual nº 24.313, de 28 de abril de 2023 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o §3º do art. 198, da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- a Lei Estadual nº 24.945, de 02 de agosto de 2024, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2025;
- a Lei Estadual nº 25.124, de 30 de dezembro de 2024 que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2025;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 48.600, de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre normas de transferência, controle e avaliação dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Estadual de Saúde;
- a Resolução Conjunta SEGOV/CGE nº.05, de 24 de janeiro de 2020, que Regulamento do Cadastro Geral de Convenentes, e suas alterações;
- a Resolução SES/MG nº 8.879, de 17 de julho de 2023, que dispõe sobre as regras do Decreto Estadual nº 48.600, de 10 de abril de 2023;

- a necessidade de reforço financeiro para a manutenção e ampliação do acesso da população às ações e serviços de saúde na Política de Atenção Especializada Ambulatorial.

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar transferência de recursos financeiros para os beneficiários relacionados no Anexo I desta Resolução, na Política de Atenção Especializada Ambulatorial.

Parágrafo único - A alocação de recursos para os beneficiários constantes do Anexo I desta Resolução condicionar-se-á à atualização documental tempestiva do CAGEC, especificamente no que tange a comprovação da instituição e funcionamento do Fundo e Conselho Municipais de Saúde, e de elaboração do Plano Municipal de Saúde, em observância ao disposto no §2°, art. 36 da Lei Federal n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, e do parágrafo único, art.22, da Lei Complementar n°.141, de 13 de janeiro de 2012.

- Art. 2º O recurso financeiro de que trata esta Resolução perfaz o valor total de R\$159.645,00 (cento e cinquenta e nove mil seiscentos e quarenta e cinco reais) , que correrá por conta da dotação orçamentária nº 4291.10.302.061.4131.0001 444142 10.1.
- §1º A relação dos beneficiários e respectivos valores individuais estão dispostos no Anexo I desta Resolução.
- §2º O beneficiário deverá adquirir tão somente os equipamentos previstos no Anexo II desta Resolução.
- §3° O recurso financeiro, de que trata o caput deste artigo, será repassado através do Fundo Estadual de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde e deverá ser utilizado pelos beneficiários finais, conforme objetivo da política de saúde que se enquadre na ação orçamentária nº 4131- Atenção Especializada Ambulatorial, nos termos do Anexo II desta Resolução.
- §4º O beneficiário poderá adquirir os equipamentos previstos no Anexo II com qualidade e especificações superiores, desde que:
- I Respeitada a finalidade assistencial do item a ele destinado;
- II Respeitada a natureza principal e a tipologia inicial do item, bem como as especificações constantes nos anexos das resoluções, atendendo à definição e aplicação da Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes Financiáveis pelo SUS (RENEM) do item inicialmente destinado;
- III O valor RENEM do item adquirido seja superior ao valor RENEM do item inicialmente destinado;
- IV O custo adicional seja arcado com recursos do beneficiário;
- V Declarada a superioridade do item adquirido pelo beneficiário no momento da realização da prestação de contas.
- §5° No caso de utilização de saldos remanescentes de recursos ou rendimentos de aplicações financeiras provenientes de repasses originários desta Resolução, deverá ser realizada conforme critérios previstos na Resolução SES/MG nº 10.045, de 25 de março de 2025.
- Art. 3º Para fazer jus aos valores dispostos nesta Resolução, os beneficiários deverão assinar o instrumento de repasse Termo de Compromisso, nos termos do Decreto Estadual nº 48.600/2023 ou outra legislação que vier a substituí-lo, em sistema eletrônico disponibilizado pela SES/MG Sistema de Gerenciamento de Resolução (SigRes) ou outro sistema que vier a substituí-lo, que deverá ocorrer no exercício financeiro de 2025.
- Art. 4° O prazo para execução do(s) valor(res) que será(ão) repassado(s) em parcela única, diretamente do Fundo Estadual de Saúde para Fundos Municipais de Saúde, encontra-se disposto no Anexo III desta Resolução.

Art. 5° - Os indicadores e as regras de monitoramento estão estabelecidos no Anexo IV desta Resolução.

Art. 6° - A prestação de contas, controle e avaliação deverão observar o disposto no Decreto Estadual nº 48.600/2023 e Resolução SES/MG nº 8.879/2023 ou outras legislações que vierem a substituí-los.

Art. 7º - As regras de financiamento e os respectivos valores dispostos nesta Resolução terão a vigência de 36 (trinta e seis) meses, podendo ser prorrogado em caso de interesse público.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2025.

## Poliana Cardoso Lopes

Secretária de Estado de Saúde (em Exercício)

# ANEXOS DA RESOLUÇÃO SES Nº 10.306, 14 DE JULHO DE 2025

# ANEXO I – RESOLUÇÃO SES Nº 10.306, 14 DE JULHO DE 2025

## BENEFICIÁRIOS E VALORES INDIVIDUAIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (FMS)	CNPJ DO FMS	BENEFICIÁRIO FINAL	CNPJ DO BENEFICIÁRIO FINAL	VALOR (R\$)	NOME DO EQUIPAMENTO	QUANTITATIVO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BELO HORIZONTE	11.728.239/0001-07	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE	17.209.891/0001- 93	R\$ 19.645,00	Oftalmoscópio Binocular Indireto	1	4131 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA AMBULATORIAL
BELO HORIZONTE	11.728.239/0001-	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE	17.209.891/0001- 93	R\$ 12.252,00	Refrator de Greens	1	4131 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA AMBULATORIAL
BELO HORIZONTE	11.728.239/0001-07	ASSOCIACAO EVANGELICA BENEFICENTE DE MINAS GERAIS	17.214.743/0001- 67	R\$ 12.252,00	Refrator de Greens	1	4131 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA AMBULATORIAL
BELO HORIZONTE	11.728.239/0001-07	SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE	17.209.891/0001- 93	R\$ 7.872,00	Tonômetro	1	4131 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA AMBULATORIAL
BELO HORIZONTE	11.728.239/0001-07	FUNDACAO EDUCACIONAL LUCAS MACHADO FELUMA	17.178.203/0006- 80	R\$ 7.872,00	Tonômetro	1	4131 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA AMBULATORIAL
BELO HORIZONTE	11.728.239/0001- 07	ASSOCIACAO EVANGELICA BENEFICENTE DE MINAS	17.214.743/0001- 67	R\$ 7.872,00	Tonômetro	1	4131 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA AMBULATORIAL

		GERAIS					
CARATINGA		FUNDACAO EDUCACIONAL DE CARATINGA FUNEC		R\$ 18.392,00	Espirômetro	1	4131 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA AMBULATORIAL
ITABIRA	11.672.050/0001-31	IRMANDADE NOSSA SENHORA DAS DORES	20.959.292/0001-	R\$ 73.488,00	Poltrona para Hemodiálise	6	4131 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA AMBULATORIAL
TOTAL				R\$ 159.645,00			

## ANEXO II - RESOLUÇÃO SES Nº 10.306, 14 DE JULHO DE 2025

# ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Os beneficiários deverão utilizar os recursos recebidos tão somente em ações e serviços de saúde que se enquadrem na ação orçamentária 4131 - Atenção Especializada Ambulatorial, devendo a execução ser comprovada para esse fim.

Os recursos deverão ser utilizados única e exclusivamente para o atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Os valores previstos na planilha poderão ser complementados pelo beneficiário.

Os recursos e os rendimentos provenientes de aplicação financeira devem ser utilizados na execução do objeto, nos termos desta Resolução.

Na hipótese do custo final para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes seja inferior ao montante dos recursos financeiros transferidos, incluindo rendimentos de aplicação financeira dos recursos em questão, a respectiva diferença no valor deverá ser restituída pelo beneficiário ao Fundo Estadual de Saúde, sendo autorizado ao beneficiário a utilização dos saldos e rendimentos, conforme disposto na Resolução SES/MG nº 10.045, de 25 de março de 2025. Conforme também disposto na mencionada Resolução, em seu inciso II, art. 1º, o uso do saldo deve ser destinado ao mesmo objetivo definido na Resolução de origem. Assim, o objetivo da presente Resolução visa ao atendimento de demandas referentes à ação orçamentária nº 4131- Atenção Especializada Ambulatorial.

Na hipótese do custo final para aquisição de equipamentos e materiais permanentes seja superior ao montante dos recursos financeiros transferidos, a respectiva diferença no valor deverá ser custeada pelo próprio beneficiário.

Fica vedada a utilização dos recursos para realização de despesas com pessoal, aquisição de insumos, materiais de consumo, prestação de serviços e obra.

## ANEXO III - RESOLUÇÃO SES Nº 10.306, 14 DE JULHO DE 2025

# CRONOGRAMA E DEMAIS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O prazo para execução dos recursos financeiros repassados nos termos desta Resolução será de, no máximo, 36 (trinta e seis) meses, contados do efetivo recebimento do recurso pelo Fundo Municipal de Saúde beneficiário, devendo este realizar o repasse ao beneficiário final.

## ANEXO IV - RESOLUÇÃO SES Nº 10.306, 14 DE JULHO DE 2025

### **ACERCA DO INDICADOR:**

Indicador: Percentual de equipamentos adquiridos em relação ao total planejado.

Descrição: Mede a proporção de equipamentos adquiridos em comparação com a quantidade prevista no plano de

aplicação da emenda parlamentar.

Tipo de Indicador: Finalístico

Tipo de Fonte: Oficial

Polaridade: Quanto maior, melhor

Nome da Fonte: Nota Fiscal

Meses da Média Móvel: 24 meses

Meses de Defasagem: 3 meses

Indicador Dispensado: Percentual de cumprimento

Percentual de Cumprimento: 100%

Percentual de cumprimento maior que 100%: 100%

**Ponto de Corte (%):** 100%

**Peso (%):** 100%

#### Fórmula de cálculo do indicador:

% Equipamentos adquiridos = (Quantidade equipamentos adquiridos conforme especificação da ação orçamentária o prazo estipulado/ Quantidade de equipamentos planejados para aquisição conforme especificação da ação orçamentária) \*100

Meta: Alcançar pelo menos 100% da aquisição dos equipamentos previstos no plano de aplicação da emenda.

### Observação:

Caso a aquisição ultrapasse 100%, considera-se o valor máximo como referência para o cumprimento da meta.

Na hipótese do custo final para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes seja inferior ao montante dos recursos financeiros transferidos, incluindo rendimentos de aplicação financeira dos recursos em questão, os saldos poderão ser utilizados durante a vigência do instrumento de repasse, respeitados os critérios de elegibilidade de beneficiários e desde que destinados ao financiamento do mesmo objetivo inicial da resolução de financiamento que originou a liberação do recurso, conforme disposto no §4°, do art. 12, do Decreto nº 48.600, de 10 de abril de 2023.

#### **ACERCA DO MONITORAMENTO:**

Número de Períodos de Monitoramento: 1 (único)

Periodicidade (meses): 24

**Data Inicial do Monitoramento:** O monitoramento será realizado 29 meses após a assinatura do termo de compromisso, considerando os 24 meses anteriores.

O Beneficiário deverá inserir no SigRes ou outro sistema que vier a substituí-lo, ao fim da vigência dos recursos, o Relatório Descritivo de Utilização de Recursos, conforme modelo abaixo.

	RELATÓRIO DESCRITIVO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS								
Nº DA R	ESOLUÇÃO:	N° DO TERMO:							
BENE	FICIÁRIO:								
VALOR	R TOTAL: R\$	VALOR PAGO PELA SES: R\$							
1)	RESULTADOS ALCANÇADOS  (Descrever os resultados gerais e os impactos alcançados por meio da execução dos recursos repassados, para o serviço em saúde relacionado a indicação em questão)								
		ITENS	ADQUIRIDOS						
ITEM	Nº da Nota Fiscal	Valor utilizado com recursos desta Resolução	Valor utilizado com recursos do Beneficiário	CNES do estabelecimento beneficiado	Número da Ação Orçamentária				

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO